



CÓD: SL-106JL-22
7908433225003

SEDUC-GO

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DO ESTADO DE GOIÁS**

Professor Nível III- Geografia

EDITAL Nº 007 – SEAD/SEDUC, DE 15 DE JULHO DE 2022

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	9
2. Domínio da ortografia oficial	22
3. Domínio da estrutura morfosintática do período. Emprego das classes de palavras. Emprego de tempos e modos verbais	23
4. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	28
5. Emprego dos sinais de pontuação.	30
6. Concordância verbal e nominal	31
7. Regência verbal e nominal	32
8. Emprego do sinal indicativo de crase	32
9. Colocação dos pronomes átonos.	33
10. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	34
11. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	34
12. Significação das palavras	35
13. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero	36

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil

1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento.	47
2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano.	49
3. A população goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica.	53
4. Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação.	59
5. As regiões goianas e as desigualdades regionais.	59
6. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.	64
7. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o Coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais.	66
8. Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.	71
9. Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.	74
10. Constituição do Estado de Goiás de 05 de outubro de 1.989.	75

Ética

1. Ética e moral.	131
2. Ética, princípios e valores.	131
3. Ética e democracia: exercício da cidadania.	132
4. Ética e função pública.	133
5. Ética no Setor Público.	135

Temas Educacionais E Pedagógicos

1. Planejamento E Organização Do Trabalho Pedagógico. Processo De Planejamento: Concepção, Importância, Dimensões E Níveis. Planejamento Participativo: Concepção, Construção, Acompanhamento E Avaliação. Planejamento Escolar: Planos Da Escola, Do Ensino E Da Aula	139
2. Currículo: Do Proposto À Prática	144
3. Tecnologias Da Informação E Comunicação Na Educação.	149
4. Educação A Distância	154
5. Educação Para A Diversidade, Cidadania E Educação Em E Para Os Direitos Humanos	156
6. Educação Integral	160
7. Educação Do Campo.	163
8. Educação Ambiental	163
9. Fundamentos Legais Da Educação Especial/Inclusiva E O Papel Do Professor	164
10. Educação/Sociedade E Prática Escolar	176
11. Tendências Pedagógicas Na Prática Escolar	180
12. Didática E Prática Historicocultural. A Didática Na Formação Do Professor	183
13. Aspectos Pedagógicos E Sociais Da Prática Educativa, Segundo As Tendências Pedagógicas.	195
14. Coordenação Pedagógica. Coordenação Pedagógica Como Espaço De Formação Continuada	198
15. Processo Ensino-Aprendizagem.	201
16. Relação Professor/Aluno	207
17. Compromisso Social E Ético Do Professor.	208
18. Componentes Do Processo De Ensino: Objetivos; Conteúdos; Métodos; Estratégias Pedagógicas E Meios	209
19. Interdisciplinaridade E Transdisciplinaridade Do Conhecimento	211
20. Avaliação Escolar E Suas Implicações Pedagógicas	212
21. O Papel Político Pedagógico E Organicidade Do Ensinar, Aprender E Pesquisar. Função Histórico-Cultural Da Escola. Escola: Comunidade Escolar E Contextos Institucional E Sociocultural. Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Concepção, Princípios E Eixos Norteadores.	214
22. 5 Políticas Educacionais E A Construção Da Escola Pública Brasileira.	228
23. Súmulas Vinculantes Do Supremo Tribunal Federal Relativas Ao Direito Processual Do Trabalho	234
24. Documento Curricular Para Goiás – Dcgo.	234
25. Base Nacional Curricular Comum – Bncc	234

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Nível III - Geografia

1. Fundamentos Teóricos Do Pensamento Geográfico E Sua História. As Categorias De Análise Atuais Do Pensamento Geográfico . 251	251
2. Regionalização Do Brasil. Sociedade, Industrialização E Regionalização Do Brasil. A Regionalização Do Mundo. Sociedade Industrial E O Ambiente. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. Representações Cartográficas: Conceitos E Linguagens. O Atual Período Técnico-Científico Informacional Na Agricultura E Na Indústria: Inovações Tecnológicas, Fluxos De Capital E De Informações.	252
3. População E Industrialização E Urbanização Brasileira. Interação Sociedade-Natureza: Os Impactos Ambientais, O Uso E A Conservação Do Solo, Da Água E Da Cobertura Vegetal	272
4. A Mundialização Do Capitalismo E A Geopolítica Mundial No Final Do Século Xx E Nos Dias De Hoje. A Geopolítica E As Redefinições Do Território: Os Conflitos Políticos, Étnicos Religiosos E A Nova Organização Econômica Mundial.	299
5. As Mudanças Climáticas. Geoecologia: O Clima, Os Solos E A Biota	303
6. Formação Territorial E Dinâmica Socioespacial Do Estado De Goiás	305
7. Metodologia De Ensino Da Geografia: Organização Didático-Pedagógica E Suas Implicações Na Construção Do Conhecimento Em Sala De Aula; Organização Didático- Pedagógica E O Ensino Integrado Da Geografia Frente Às Exigências Metodológicas Do Ensino-Aprendizagem: O Ensino Globalizado E Formação Da Cidadania	308

Material Digital

Bases Legais da Educação Nacional e Estadual

1. Constituição Federal, Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação.	3
2. Lei nº 9.394/1996 (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional).	6
3. Políticas Públicas para a Educação Básica.	21
4. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).	27
5. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	42
6. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos.	48
7. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2.008 – Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	72
8. Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 2001: Estatuto e Planos de Cargos e Vencimentos do Quadro do Magistério.	72
9. Lei nº 18.969 de 22 de julho de 2015: Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2025.	99
10. Lei nº 20.157 de 27 de junho de 2018: Introduce alterações na Lei nº 13.909, de 25/09/2001 relativo ao Estágio Probatório.	100
11. Lei nº 20.115 de 06 de junho de 2018: Processo de escolha democrática de diretor de unidade escolar da Rede Pública de Educação Básica.	102
12. Lei nº 20.422 de 07 de março de 2019: Institui no âmbito da SEDUC o programa auxílio-alimentação.	107
13. Lei nº 20.756 de 28 de janeiro de 2020: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis públicos do Estado de Goiás. (Revoga a Lei nº 10.460 de 22 de fevereiro de 1988: Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás).	108
14. Lei nº 20.757 de 28 janeiro de 2020: Altera a Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 09 de 2001: Estatuto e Planos de Cargos e Vencimentos do Quadro do Magistério.	149
15. Lei nº 20.917 de 21 de dezembro de 2020: Institui o Programa Educação Plena e Integral e dá outras providências.	160
16. Lei nº 21.316: Altera a Lei nº 20.917, de 21 de dezembro de 2020, que institui o Programa Educação Plena e Integral e dá outras providências.	162
17. Lei nº 20.918 de 21 de dezembro de 2020: Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 92, inciso X, da Constituição do Estado de Goiás. Alterada pela Lei nº 21.228 de 5 de janeiro de 2022	163
18. Lei nº 21.239 de 12 de janeiro de 2022 e Lei nº 20.820 de 04 de agosto de 2020: Alteram a Lei nº 20.491 de 25 de junho de 2019 que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo (Reforma Administrativa).	166
19. Decreto nº 9.396 de 05 de fevereiro de 2019: Regulamenta a avaliação especial de desempenho do professor em estágio probatório, do quadro do Magistério Público Estadual, nos termos da Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 2001.	177
20. Decreto nº 9.423 de 10 de abril de 2019: Institui o Código de Ética e de Conduta Profissional do servidor na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.	184
21. Decreto nº 9.920 de 06 de agosto de 2021: Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.	189

Atenção

- Para estudar o Conteúdo Digital Complementar e Exclusivo acesse sua “Área do Cliente” em nosso site.

<https://www.editorasolucao.com.br/retificacoes>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS. RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



Análise e a interpretação do texto segundo o gênero em que se inscreve

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias.

O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO**Fato**

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Objetivo da educação e do ensino

Toda ação humana tem um propósito orientado e dirigido em prol daquilo que se quer alcançar. Assim é a ação docente que deve ser realizada em função dos objetivos educacionais. Objetivos educacionais orientam a tomada de decisão no planejamento, porque são proposições que expressam com clareza e objetividade a aprendizagem que se espera do aluno. São os objetivos que norteiam a seleção e organização dos conteúdos, a escolha dos procedimentos metodológicos e definem o que avaliar.

Os objetivos são finalidades que pretendemos alcançar. Retratam os valores e os ideais educacionais, a aprendizagem dos conteúdos das ciências, as expectativas e necessidades de um grupo social. Para articularmos os valores gerais da educação (concepção de educação) com as aprendizagens dos conteúdos programáticos e as atividades que o professor pretende desenvolver na sua aula, devemos elaborar os objetivos gerais e os específicos.

O objetivo geral expressa propósitos mais amplos acerca da função da educação, da escola, do ensino, considerando as exigências sociais, do desenvolvimento da personalidade ou do desenvolvimento profissional dos alunos. Podemos pontuar os seguintes objetivos gerais que orientam a prática dos professores:

- A educação escolar deve possibilitar a compreensão do mundo e os conteúdos de ensino; instrumentalizar culturalmente os professores e os alunos para o exercício consciente da cidadania;

- A escola deve garantir o acesso e a qualidade do ensino a todos, garantindo o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais dos professores e alunos;

- A educação escolar deve formar a capacidade crítica e criativa dos conteúdos das matérias de ensino. Sob a responsabilidade do professor os alunos desenvolverão o raciocínio investigativo e de reflexão;

- O percurso de escolarização visa atender à formação da qualidade de vida humana. Professores e alunos deverão desenvolver uma atitude ética frente ao trabalho, aos estudos, à natureza etc.

O objetivo específico expressa as expectativas do professor sobre o que deseja obter dos alunos no processo de ensino. Ao iniciar o planejamento, o professor deve analisar e prever quais resultados ele pretende obter, com relação à aprendizagem dos alunos. Esta aprendizagem pode ser da ordem dos conhecimentos, habilidades e hábitos, atitudes e convicções, envolvendo aspectos cognitivo, afetivo, social e motor.

Os objetivos específicos devem estar vinculados aos objetivos gerais, e retratar a realidade concreta da escola, do ensino e dos alunos. Correspondem às aprendizagens de conteúdos, atitudes e comportamentos.

Seleção e organização dos conteúdos escolares

Os estudos da Didática contribuem com o professor, oferecendo possibilidades de escolher o que ensinar, para que o aluno aprenda e descubra como aprendeu. Essa é uma habilidade que requer conhecimento e um compromisso com a realidade do aluno. Neste sentido, o professor deve ter conhecimento do presente e perspectivas de futuro, tanto pessoal como dos alunos. Em hipótese alguma o professor pode se basear na ideia de que deve somente ensinar o que lhe ensinaram. É neste sentido, que o Curso de Graduação em Licenciatura: Pedagogia, Matemática, Geografia etc. é reconhecido como a formação inicial

do professor. Para permanecer planejando o ensino atualizado, contemporâneo e coerente com seus alunos, faz-se necessária a continuação dos estudos através da formação continuada.

Quando explico sobre o que ensinar, faço referência aos conteúdos de ensino. A seleção dos conteúdos que farão parte do ensino é uma tomada de decisão carregada de intencionalidades. É da responsabilidade do professor escolher os conteúdos que desenvolverão aprendizagens nos alunos para que estes expliquem a realidade conscientemente. Deve-se ensinar o que é significativo sobre o mundo, a vida, a experiência existencial, as possibilidades de mudança, o trabalho, o passado, o presente e o futuro do homem (MARTINS, 1995.)

Veja o que escreve o professor Libâneo sobre os conteúdos de ensino: Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua vida prática. Englobam, portanto: conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras; habilidades cognitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho e de convivência social; valores convicções, atitudes. São expressos nos programas oficiais, nos livros didáticos, nos planos de ensino e de aula, nas atitudes e convicções do professor, nos exercícios nos métodos e forma de organização do ensino. Podemos dizer que os conteúdos retratam a experiência social da humanidade no que se refere a conhecimentos e modos de ação, transformando-se em instrumentos pelos quais os alunos assimilam, compreendem e enfrentam as exigências teóricas e práticas da vida social. Constituem o objeto de mediação escolar no processo de ensino, no sentido de que a assimilação e compreensão dos conhecimentos e modos de ação se convertem em ideias sobre as propriedades e relações fundamentais da natureza e da sociedade, formando convicções e critérios de orientação das opções dos alunos frente às atividades teóricas e práticas postas pela vida social (1991, p.128-129).

Desta forma, os conteúdos de ensino junto com a metodologia são responsáveis pela produção e elaboração das aprendizagens e dos saberes na escola. Libâneo (1991) acrescenta que escolher os conteúdos de ensino não é tarefa fácil; por isso, quanto mais planejado, ordenado e esquematizado estiver mais os alunos entenderão a sua importância social; porém, a seleção e a organização dos conteúdos não se confundem com uma mera listagem.

Cabe ao professor selecionar e organizar o conteúdo devidamente planejado para atender às necessidades dos seus alunos. Conteúdos de ensino bem selecionados devem atender aos critérios de validade, flexibilidade, significação, possibilidade de elaboração pessoal; sem esses critérios, o professor corre o risco de escolher conteúdos sem relevância para seus alunos. Atendendo aos critérios, o conteúdo terá validade quando apresenta o caráter científico do conhecimento, e faz parte de um conhecimento que reflete os conceitos, ideias e métodos de uma ciência. O conteúdo será significativo quando expressar de forma coerente os objetivos sociais e pedagógicos da educação, atendendo à formação cultural e científica do aluno; eles não são rígidos, são flexíveis. O conteúdo de ensino está a serviço da aprendizagem dos alunos, e estes o utilizam para explicar a sua realidade. Todo conteúdo de ensino deve ser articulado com a experiência social do aluno. Para que haja a possibilidade de elaboração pessoal e o domínio efetivo do conteúdo, conhecimento, o ensino não pode se limitar à memorização e repeti-

33. Compreender as mudanças sociais.

34. Entender transformações no cenário político, econômico e social, global e nacional.

— Novas tecnologias de comunicação e informação no ensino da geografia

As novas tecnologias no ensino da geografia possuem os seguintes aspectos:

- Aprendizado on-line;
- Desenvolvimento profissional;
- Colaboração;
- Mapeamento digital;
- Organização;
- Vários outros recursos de aprendizagem;
- Maior abrangência do ensino;
- Expansão do aprendizado;
- Visualização Global dos aspectos geográficos.

Dentro deste contexto possuímos notebooks, tablets, Internet, onde podemos aplicar em vários aspectos do ensino da geografia. Todos esses aspectos deverão ser monitorados pelo professor e auxiliados, se for possível pela área de Segurança da Informação da escola para evitar desvios de foco durante o aprendizado.

— Aspectos avaliativos no ensino da geografia

A avaliação do ensino da geografia é importantíssima e visa a capacidade de compreender os fenômenos sociais que ocorrem em um determinado espaço geográfico.

Os aspectos avaliativos são importantes para dimensionar a prática pedagógica e trazer reflexões sobre a humanização, dentro deste contexto avaliar é interpretar habilidades, limitações e conhecimento.

Vamos elencar abaixo aspectos avaliativos importantes:

- Espaço Geográfico;
- Paisagem;
- Região;
- Lugar;
- Território;
- Natureza;
- Sociedade.

Ferramentas utilizadas para a avaliação

- Aula de campo;
- Recursos áudio visuais;
- Cartografia;
- Explorando o Google Earth;
- Recursos conectados para outras visões do mundo.

A REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL. SOCIEDADE, INDUSTRIALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL. A REGIONALIZAÇÃO DO MUNDO. SOCIEDADE INDUSTRIAL E O AMBIENTE. AGRICULTURA BRASILEIRA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES. REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS: CONCEITOS E LINGUAGENS. O ATUAL PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO INFORMACIONAL NA AGRICULTURA E NA INDÚSTRIA: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, FLUXOS DE CAPITAL E DE INFORMAÇÕES

O **processo industrial brasileiro**, sobretudo após a II Grande Guerra, beneficiou consideravelmente o Sudeste, cujas condições naturais e históricas impulsionaram seu desenvolvimento. Destacam-se a existência de uma maior concentração populacional e, por conseguinte, de uma maior oferta de mão-de-obra, principalmente no eixo Rio-São Paulo, e também a melhoria nas condições infraestruturas (estradas de ferro, rodovias, portos, rede bancária). Essa concentração vai acentuar-se ainda mais, fazendo convergir para a região Sudeste a polarização da economia nacional. Como indústria atrai indústria e como era a indústria que passava a comandar a vida econômica brasileira, depois de 1940 o Sudeste ampliou ainda mais a sua influência a partir de dois núcleos: São Paulo, mais importante centro econômico do país, e Rio de Janeiro, capital federal. Essa área, a mais dinâmica do país pela diversificação das atividades industriais, constituiu-se num autêntico polo de desenvolvimento.

Como decorrência do processo, ampliaram-se as diferenças regionais, cujos problemas procurou-se diminuir por meio de órgãos governamentais, com destaque para a criação da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), da Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e da Zona Franca de Manaus.

Outra característica importante da industrialização brasileira é sua distribuição. As indústrias concentram-se principalmente na região Sudeste. Contudo, dentro dessa região, destaca-se o estado de São Paulo, pois concentra quase a metade da produção total. Na região Sudeste, destacam-se como áreas industriais:

- a Grande São Paulo (a cidade de São Paulo e mais 36 municípios);
- a Baixada Santista, principalmente o município de Cubatão;
- a região de Campinas e Jundiaí;
- Sorocaba (denominada a Manchester Paulista), com a indústria têxtil;
- Americana;
- Mogi das Cruzes, centro poli industrial, destacando-se a indústria metalúrgica;
- a cidade do Rio de Janeiro, que tem, nas regiões próximas a ela, áreas poli industriais; Petrópolis e Nova Friburgo (cidade monoindustrial têxtil); Volta Redonda, a cidade do aço, situada a meio caminho entre os grandes centros consumidores (São Paulo e Rio de Janeiro);
- no estado de Minas Gerais, a “Zona Metalúrgica”. Trata-se de uma área que se desenvolveu basicamente em função de seus recursos naturais (ferro e manganês). Compreende os municípios de Sabará, Monlevade, Ipatinga, Itabira, Coronel Fabriciano, entre outros.

– A cidade de Belo Horizonte, que possui características de uma capital industrializada. No seu subúrbio, instalou-se o Distrito Industrial de Contagem. A situação da indústria em outras regiões Na região Sul do país destaca-se como áreas industriais: Rio Grande do Sul

– Porto Alegre se destaca na poli indústria, tendo Canoas e Esteio como centros periféricos;

– Caxias do Sul, São Leopoldo, Garibaldi, Bento Gonçalves destacam-se com indústrias vinícolas;

– Novo Hamburgo concentra indústrias de vestuário e couro;

– Pelotas destaca-se com a monoindústria alimentar. Santa Catarina

– Joinville e as cidades do vale do Itajaí, onde se destaca Blumenau, são áreas poli industriais, mas nota-se a predominância de indústrias de vestuário, alimentos, maquinário, porcelanas e cristais.

– Curitiba destaca-se com diversificação industrial, Guaruapuava com a indústria de madeira e São José dos Pinhais, com a indústria automobilística.

Urbanização¹

A urbanização é um processo de transformação das características rurais de uma localidade ou região para características urbanas. Normalmente, a urbanização está relacionada ao desenvolvimento da civilização e da tecnologia. Nesse processo, o espaço rural transforma-se em espaço urbano e ocorre a migração populacional do tipo campo-cidade.

A urbanização é estudada por ciências diversas, como a sociologia, a geografia e a antropologia, cada uma delas propondo abordagens diferentes sobre o problema do crescimento das cidades. As disciplinas que procuram entender, regular, desenhar e planejar os processos de urbanização são o urbanismo, o planejamento urbano, o planejamento da paisagem, o desenho urbano, a geografia, entre outras.

A **urbanização no Brasil** teve seu início na década de 1950, a partir do processo de industrialização, que funcionou como um dos fatores fundamentais para o deslocamento da população da área rural (êxodo rural) em direção à área urbana. Este processo aconteceu de maneira rápida e desordenada ao longo do século XX, com a grande migração da população, em busca das oportunidades oferecidas pelas cidades.

O crescimento e o desenvolvimento do Brasil impulsionaram o surgimento de diversas cidades, sobretudo com a implementação de várias indústrias, que permitiram novos empregos, atraindo a população que vivia no campo para as cidades. No entanto, esse processo não aconteceu da mesma forma em todo o país. Algumas regiões brasileiras urbanizaram-se mais do que outras em razão das políticas públicas (que incentivaram determinadas áreas e outras não). As regiões sul e sudeste destacam-se porque possuem uma concentração maior de áreas urbanas.

A região sudeste, por exemplo, por concentrar a maior parte das indústrias do país, foi a que recebeu grandes fluxos migratórios vindos da área rural, principalmente da região nordeste. Na região centro-oeste, o processo de urbanização teve como principal fator a construção de Brasília, em 1960, que atraiu milhares de trabalhadores, a maior parte deles vindos das regiões norte e nordeste. Desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, o centro-oeste tornou-se a segunda região mais urbanizada do país.

¹ “Regiões metropolitanas” em Só Geografia. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2020. Disponível em <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaHumana/Urbanizacao/urbanizacao3.php>

A urbanização na região sul foi lenta até a década de 1970, em razão de suas características econômicas de predomínio da propriedade familiar e da policultura, pois um número reduzido de trabalhadores rurais acabava migrando para as áreas urbanas.

A região nordeste é a que apresenta a menor taxa de urbanização no Brasil. Essa fraca urbanização está sustentada no fato de que dessa região partiram várias correntes migratórias para o restante do país e, além disso, o pequeno desenvolvimento econômico das cidades nordestinas não era capaz de atrair a sua própria população rural.

Até a década de 60, a região norte era a segunda mais urbanizada do país. Porém, a concentração da economia do país no Sudeste e o fluxo de migrantes dessa para outras regiões, fez com que o crescimento relativo da população urbana regional diminuísse.

O êxodo rural foi muito intenso nas décadas passadas e a migração dessas pessoas gerou um inchaço urbano em determinadas regiões.

A falta de planejamento urbano, junto com o crescimento desordenado, acarretaram em algumas consequências para esses centros urbanos, tais como: problemas de saneamento básico (como tratamento de distribuição de água e esgoto), congestionamentos no trânsito (em razão da falta de espaço nas ruas), falta de moradias, poluição ambiental, falta de áreas verdes (como praças e bosques), indústrias e residências na mesma área (ocasionando problemas ambientais e de saúde), barulho, violência e diversos outros transtornos que resultam em má qualidade de vida para a sociedade.

Também ocorreu no Brasil o planejamento urbano para a criação de algumas cidades, entre elas a capital federal, Brasília. O planejamento urbano tem como objetivo evitar os problemas que ocorrem com as cidades que se desenvolvem rapidamente e não têm um acompanhamento adequado.

Fontes de energia

Em nosso planeta, encontramos vários tipos de fontes de energia. Essas fontes podem ser renováveis ou esgotáveis. A energia solar e a eólica (obtida através dos ventos), por exemplo, fazem parte das fontes de energia inesgotáveis.

Em contrapartida, os combustíveis fósseis (derivados do petróleo e do carvão mineral) possuem uma quantidade limitada em nosso planeta, podendo acabar caso não exista um consumo racional. As fontes tradicionais de energia são esgotáveis (a maior parte delas). Disso, resulta a necessidade de se encontrar modelos alternativos que contribuam com a produção mundial.

– **Energia hidrelétrica:** no Brasil, a grande disponibilidade de rios de planaltos e a carência de petróleo, carvão mineral e gás natural levaram o poder público a optar pela hidreletricidade como principal matriz energética.

– **Petróleo:** Desde a perfuração do primeiro poço de petróleo na cidade de Lobato no estado da Bahia, a produção de petróleo no Brasil vem crescendo continuamente. Possuindo em seu território treze refinarias, onze delas pertencentes à União, o Brasil é praticamente autossuficiente no setor, necessitando importar menos de 20% do produto para atender às suas necessidades de consumo.

– **Carvão:** O carvão encontrado no território brasileiro não é coqueificável. Isso significa que ele se encontra numa fase geológica prematura, não atingiu o estado de hulha, em que pode ser transformado em coque, uma massa porosa rica em carbono, resultante da destilação do carvão para produção de derivados plásticos, inseticidas, e ser utilizado como combustível nos altos-fornos das usinas siderúrgicas para a produção de ferro e aço. Portanto, o país tem de importar a maior parte do carvão mineral utilizado no país.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

– *Energia eólica*: Gerada a partir do vento, grandes hélices são instaladas em áreas abertas, sendo que os movimentos delas geram energia elétrica. É uma fonte limpa e inesgotável, e em expansão no Brasil. A maior parte dos parques eólicos se concentra nas regiões nordeste e sul do Brasil. No entanto, quase todo o território nacional tem potencial para geração desse tipo de energia. O desenvolvimento da energia eólica no Brasil está ajudando o país a alcançar seus objetivos estratégicos de aumentar a segurança energética, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e criar empregos.

Atividades econômicas do Brasil

A ampla extensão territorial do Brasil permite inúmeras possibilidades no que diz respeito às atividades econômicas.

O Brasil desenvolve em seu território atividades dos setores primário, secundário e terciário. Esse último é o destaque do país, sendo responsável por mais da metade do seu Produto Interno Bruto (PIB) e pela geração de 75% de seus empregos.

SETOR PRIMÁRIO	Produção através da exploração de recursos da natureza. Podemos citar como exemplos: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação.
SETOR SECUNDÁRIO	É o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc). Como há conhecimentos tecnológicos agregados aos produtos do setor secundário, o lucro obtido na comercialização é significativo. Países com bom grau de desenvolvimento possuem uma expressiva base econômica concentrada no setor secundário. A exportação destes produtos também gera riquezas para as indústrias destes países.
SETOR TERCIÁRIO	Setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades econômicas deste setor, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc.

Fonte: www.sogeografia.com.br

O setor terciário é marcante nos países de alto grau de desenvolvimento econômico. Quanto mais rica é uma região, maior é a presença de atividades do setor terciário. Com o processo de globalização, iniciado no século XX, o setor terciário foi o setor da economia que mais se desenvolveu no mundo.

O Brasil é um país que apresenta uma economia sólida, é exportador de uma grande variedade de produtos, fato que fortalece a economia. As atividades de agropecuária, indústria e serviços são bem atuantes e contribuem para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Contribuem para o crescimento econômico do país

– Principais produtos agrícolas produzidos no Brasil: café, laranja, cana-de-açúcar (produção de açúcar e álcool), soja, tabaco, milho, mate.

– Principais produtos da pecuária: carne bovina, carne de frango, carne suína.

– Principais minérios produzidos: ferro, alumínio, manganês, magnesita e estanho.

– Principais setores de serviços: telecomunicações, transporte rodoviário, técnico-profissionais prestados as empresas, transporte de cargas, limpeza predial e domiciliar, informática, transportes aéreos e alimentação.

– Principais setores industriais: alimentos e bebidas, produtos químicos, veículos, combustíveis, produtos metalúrgicos básicos, máquinas e equipamentos, produtos de plástico e borracha, eletrônicos e produtos de papel e celulose.

A atividade agrícola no Brasil

Desempenhou sempre papel de suma importância na economia brasileira e, ainda hoje, destaca-se a participação desse setor de atividade na produção econômica nacional. Pode-se dizer que, em termos reais, a agricultura é uma das bases mais importantes da economia brasileira, pois oferece trabalho para aproximadamente 1/3 dos trabalhadores brasileiros, produz 10% do PIB, matérias-primas para a crescente indústria nacional, alimentos; e, ainda, seus produtos representam parcela significativa das exportações.

Observado as últimas décadas, ficou notório a acelerada modernização da agricultura, representada, essencialmente, pelo emprego maciço de maquinaria no processo produtivo e pela utilização, cada vez mais difundida, de insumos químicos. A articulação crescente da agricultura com o setor industrial dominante da economia, evidenciada nas características do processo produtivo ou na subordinação frequente às indústrias de processamento da produção, configurando a existência de um Complexo Agroindustrial (CAI), redefiniu o contexto produtivo na agricultura e acentuou as diferenciações existentes entre áreas do país, produtores e segmentos produtivos da economia agrária.